



**MUNICÍPIO DE AZAMBUJA**  
**Câmara Municipal**  
**EDITAL**  
**N.º 14 / 2015**

- Luís Manuel Abreu de Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Azambuja, torna públicas, de acordo com as disposições do art.º 56 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, as deliberações da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Azambuja, realizada no dia 23 de Março de 2015.

**EXPEDIENTE**

**ORDEM DO DIA**

**PROPOSTAS**

**1. Protocolos (estágios)**

**1.1 Proposta Nº 17 /P/2015 - Escola Profissional Gustave Eiffel .**

--- O Senhor Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve.

--- "Considerando:---

--- O pedido apresentado pela Escola Profissional Gustave Eiffel, para a realização de um estágio, na área de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade;---

--- Que a Câmara Municipal reúne os requisitos necessários para acolher o estagiário, nos termos e nas condições previstas no protocolo em anexo.

--- PROPONHO: ---

--- Que a Câmara Municipal delibere aprovar a celebração do protocolo, com a Escola Profissional Gustave Eiffel, nos termos da minuta que junto se anexa.

**--- PROTOCOLO DE FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO**

--- O presente protocolo de Formação em Contexto de Trabalho, destina-se a enquadrar as atividades do/a formando/a do **Curso de Técnico/a de Comunicação – Marketing, Relações Públicas e Publicidade**, tendo em conta os seguintes objetivos:---

--- Conhecer, compreender e aplicar os conhecimentos técnico-práticos, adquiridos na Escola Profissional Gustave Eiffel (EPGE), em situações reais de trabalho;---

--- Encarar com naturalidade a sua futura inserção na vida ativa como quadro intermédio;---

--- Analisar situações de comunicação interpessoal e organizacional, colaborar na deteção e formulação de problemas de natureza comunicacional, participar ativamente e de forma criativa no desenvolvimento e planeamento de estratégias de marketing e na estruturação e operacionalização de ações de comunicação interna e externa da uma organização, dirigidas a públicos diversos, tendo em conta as suas necessidades, atitudes e comportamentos.

Participar na organização e operacionalização de eventos para promoção comercial ou institucional, com base em técnicas de relações públicas e orientadas para o público-alvo da instituição. Colaborar e participar na conceção e finalização de campanhas de publicidade.

--- Sendo celebrado entre:---

--- **Cooptécnica – Gustave Eiffel - Cooperativa de Ensino e Formação Técnico Profissional, C.R.L.**, que tem por objeto social o ensino e a formação técnico-profissional, matriculada na Conservatória Comercial da Amadora, sob o número cinquenta, pessoa coletiva número 502327669, com sede na Rua Elias Garcia, 29, Amadora, representada por Maria Irene Ferreira Guedes Vice-Presidente da Direção, adiante designada como 1º Outorgante;

--- e ---

--- **Câmara Municipal de Azambuja**, com sede social na Praça do Município, nº 19, 2050-315 Azambuja, pessoa coletiva número 506821480, representada por Luís Manuel Abreu de Sousa, na qualidade de Presidente, adiante designado como 2º Outorgante;

--- e ---

--- Ana Patrícia dos Reis, moradora na Av. Condes de Azambuja, nº45 - 8ªA, 2050-296 Azambuja, portadora do Cartão do Cidadão n.º 149328680ZZ3, válido até 21-11-2017, contribuinte n.º 242342809, adiante designado como 3º Outorgante;

Entre os Outorgantes é livremente e de boa-fé celebrado o presente protocolo, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

--- Cláusula 1ª

--- Ao 3º Outorgante será facultado uma Formação em Contexto de Trabalho, com a duração de no mínimo de 420 horas, com início em 13-04-2015 e fim em 08-07-2015, nas instalações do 2º Outorgante, sitas na Praça do Município, nº 19, em Azambuja.

--- Cláusula 2ª

--- O 1º Outorgante, instruirá o 3º Outorgante para que este respeite os objetivos da Formação em Contexto de Trabalho e o plano de atividades, atuando de uma forma responsável, aceitando recomendações e orientações que lhe sejam transmitidas pelos representantes do 2º Outorgante nomeadamente no que diz respeito ao sigilo, pontualidade e empenho na execução das tarefas que lhe forem distribuídas.

--- Cláusula 3ª

--- O 3º Outorgante cumprirá o horário normal do 2º Outorgante, possuindo um Registo de Atividades da Formação em Contexto de Trabalho, que será rubricada diariamente pelo Técnico Orientador designado pelo 2º Outorgante.

--- Cláusula 4ª

--- O 2º Outorgante disponibilizará um Técnico Orientador, bem como um ambiente de trabalho adequado, facultando o equipamento e condições de proteção e segurança, que permita ao 3º Outorgante atingir os objetivos da Formação em Contexto de Trabalho, não resultando do presente Protocolo quaisquer encargos financeiros, diretos ou indiretos, bem como quaisquer obrigações de natureza social, fiscal ou laboral.

--- Cláusula 5ª

--- O 1º Outorgante disponibilizará ao 3º Outorgante um Professor Orientador para acompanhamento da Formação em Contexto de Trabalho, podendo este deslocar-se, se necessário, às instalações do 2º Outorgante onde esta atividade decorre.

--- Cláusula 6ª

--- O 3º Outorgante apresentar-se-á nas instalações do 1º Outorgante sempre que necessário, com vista a um acompanhamento por parte do Professor Orientador.

--- Cláusula 7ª

--- Durante a Formação em Contexto de Trabalho, o 3º Outorgante, nas suas deslocações e permanência nas instalações do 2º Outorgante, estará abrangido por um seguro da responsabilidade do 1º Outorgante.

--- Cláusula 8ª

--- O presente Protocolo é válido durante a vigência da Formação em Contexto de Trabalho, se não houver denúncia por escrito, de qualquer uma das partes, invocando as razões que suportaram essa decisão.

--- Cláusula 9ª

--- Os casos omissos serão resolvidos por acordo dos Outorgantes."

--- Uma vez posta a votação a Proposta Nº17 /P/2015 foi aprovada por unanimidade.

---1.1 Proposta Nº 21 /P/2015

--- O Senhor Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve.

--- "Considerando:

--- O pedido apresentado pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, para a realização de um estágio, na área de Gestão de Recursos Humanos;

--- Que a Câmara Municipal reúne os requisitos necessários para acolher o estagiário, nos termos e nas condições previstas no protocolo em anexo.

--- PROPONHO:

--- Que a Câmara Municipal delibere aprovar a celebração do protocolo, com a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, nos termos da minuta que junto se anexa.

--- PROTOCOLO DE ESTÁGIO CURRICULAR

--- **Primeiro Outorgante:** ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, entidade tutelada pela COFAC – Cooperativa de Formação e Animação Cultural, crl., registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de identificação fiscal e de matrícula 501.679.529, com sede no

2

Campo Grande, n.º 376, em Lisboa, com o capital social de 2.191.778,32 Euros, representada neste acto pelo Professor Doutor Manuel de Almeida Damásio e Professora Doutora Maria da Conceição Soeiro, na qualidade de Directores da COFAC, crl., adiante designado por ULHT;

--- **Segundo Outorgante:** Câmara Municipal de Azambuja, com sede na Praça do Município, nº 19, 2050-315 Azambuja, representada neste acto pelo seu Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, adiante designada por Município;

--- **Terceiro Outorgante:** Gustavo Henda Bravo dos Santos, aluno estagiário da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, residente na Av. Fernão Mendes, n.º 12, 1.º E, 2735-102 Aqualva, Cacém, portador do Cartão de Cidadão n.º 31496207, válido até 07-09-2019, portador do Contribuinte n.º 238594211, adiante designado por Aluna(o)/Estagiária(o).

--- Considerando que:

---a) O estagiário frequenta o 3.º ano do Curso de 1.º Ciclo em Gestão Recursos Humanos na ULHT, curso aprovado nos termos do Despacho n.º 22331/2008, de 28 de Agosto;

---b) A estrutura do referido Curso engloba uma preparação teórica, técnica e cultural, ministrada pela ULHT e uma componente de formação prática, para a qual as empresas são reconhecidas como espaço privilegiado de formação – conforme documento de publicação da estrutura curricular.

--- É celebrado o presente protocolo que se rege pelos considerandos supra e pelas cláusulas seguintes:

--- **Cláusula Primeira – Objecto**

--- 1) O presente contrato de estágio tem como objecto credenciar o Estagiário dando-lhe experiência e ferramentas práticas para o exercício de uma futura profissão, inserindo-o em situações reais de vida laboral que complementam uma actividade de aprendizagem social, profissional e cultural, com os conhecimentos adquiridos na sala de aula.

--- 2) Este estágio Curricular tem imperativamente um carácter obrigatório de molde a viabilizar a obtenção do Grau em causa.

--- 3) O Município ministrará ao estagiário ensinamentos técnicos e essencialmente práticos sob a forma de um estágio, no âmbito da disciplina de estágio do Curso de 1.º Ciclo em Gestão de Recursos Humanos da ULHT.

--- **Cláusula Segunda - Orientadores de Estágio**

--- Durante o presente estágio, o estagiário estará sob a direcção e supervisão do Director do Curso de Gestão de Recursos Humanos da Escola de Ciências Económicas e das Organizações:

Prof. Dr. Mário Ceitil, com os contactos de mail: [sec.deg@ulusofona.pt](mailto:sec.deg@ulusofona.pt) e telefone: 21 7515500 Ext. 2230 e será acompanhado por um técnico responsável designado pelo Município:

--- A funcionária Maria João Gomes da Silva Martins, Técnico Superior, com os contactos de mail: [mmartins@cm-azambuja.pt](mailto:mmartins@cm-azambuja.pt) e telefone: 262 400 400.

--- **Cláusula Terceira - Obrigações da Empresa**

--- O Município obriga-se a proporcionar todas as condições de trabalho necessárias para a realização do estágio.

--- **Cláusula Quarta - Obrigações da Escola**

--- 1. A Escola prestará o apoio e acompanhamento necessários ao Estagiário e ao Município no âmbito do plano de trabalhos aprovado pelo seu orientador da Escola de Ciências Económicas e das Organizações, e pelo orientador do Município.

--- 2. A pedido do Estagiário, a Escola poderá incluir, os elementos referentes ao estágio realizado, no Suplemento ao Diploma, mediante prévia aprovação do Director de Curso.

--- **Cláusula Quinta - Obrigações do Estagiário**

--- O Estagiário, durante o período de Estágio em Contexto de Trabalho obriga-se a:

--- a) Desempenhar com zelo e diligência as suas funções;

--- b) Respeitar os horários definidos, com assiduidade, assim como outras regras internas da empresa;

--- c) Guardar sigilo de toda e qualquer informação que lhe seja facultada;

--- d) Elaborar e submeter para avaliação um relatório de estágio, de acordo com as normas da Escola;

--- e) Tratar com respeito e urbanidade o seu orientador, o técnico que o acompanhará e os demais colaboradores do Município;

--- f) Utilizar com cuidado e a zelar pela conservação dos bens e equipamentos que lhe sejam confiados pelo Município para efeitos de estágio.

--- **Cláusula Sexta - Local do Estágio**

--- O período de Estágio em Contexto de Trabalho decorrerá nas instalações do Município.

--- **Cláusula Sétima**

--- Período e Duração do Estágio

--- O período de Estágio em Contexto de Trabalho terá início a 25 de Março de 2015 e concluir-se-á a \_\_\_\_\_, e decorrerá de Segunda a Sexta-feira das \_\_\_\_\_ às \_\_\_\_\_, reservando-se a possibilidade da realização de reuniões com o orientador na Escola, para acompanhamento do estágio.-----

--- **Cláusula Oitava – Rescisão**-----

--- 1) O presente acordo não é renovável e caducará automaticamente, sem necessidade de qualquer comunicação, no termo do prazo fixado na anterior Cláusula Sétima.-----

--- 2) A violação grave ou reiterada dos deveres do estagiário confere ao Município o direito de rescindir imediatamente o presente acordo, mediante comunicação escrita à ULHT, cessando imediatamente todos os seus efeitos, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e/ou criminal por parte do estagiário.-----

--- 3) Qualquer das Partes poderá rescindir o presente acordo, sem justa causa, mediante comunicação escrita, enviada por carta registada com aviso de recepção, que produzirá os seus efeitos decorridos 15 dias sobre a data da sua recepção.-----

--- **Cláusula Nona – Seguros**-----

--- Durante o período de estágio, sendo o estagiário estudante do Curso de 1.º Ciclo em Gestão de Recursos Humanos, ficará até ao momento da conclusão do Estágio abrangido pelo Seguro Escolar Obrigatório, beneficiando, em caso de acidente ocorrido no local de estágio ou no trajecto de e para o referido local, de garantias idênticas às existentes durante o período escolar.-----

--- **Cláusula Décima - Disposições Finais**-----

--- 1) Durante a vigência do estágio, que é um elemento integrante da sua formação, o estagiário manterá sempre o seu estatuto de discente da ULHT, pelo que a celebração deste acordo não gera qualquer vínculo laboral entre o estagiário e o Município.-----

--- 2) Embora o trabalho a realizar pelo aluno no final do estágio seja pertença da ULHT, poderá o Município, com autorização daquele, fazer uso dele, estando, no entanto, vedado dar-lhe publicidade por qualquer forma ou cedê-lo onerosa ou gratuitamente a terceiros.”-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta Nº21 /P/2015 foi aprovada por unanimidade-----

---1.1 Proposta Nº 22 /P/2015-----

--- O Senhor Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve.-----

---“ Considerando:-----

--- O pedido apresentado pela Escola Profissional do Vale do Tejo de Santarém, para a realização de um estágio, na área de Comunicação – Marketing, Relações Públicas e Publicidade;-----

--- Que a Câmara Municipal reúne os requisitos necessários para acolher o estagiário, nos termos e nas condições previstas no protocolo em anexo.-----

--- PROPONHO:-----

--- Que a Câmara Municipal delibere aprovar a celebração do protocolo, com a Escola Profissional do Vale do Tejo de Santarém, nos termos da minuta que junto se anexa.-----

--- **Protocolo de Estágio**-----

--- O presente protocolo é estabelecido entre a Escola Profissional do Vale do Tejo, S.A. que passa a ser designado como primeiro outorgante e a Câmara Municipal de Azambuja, a ser designada como segundo outorgante.-----

--- Os autores acordam o seguinte:-----

--- **Artigo 1º - Objetivos do estágio**-----

--- a) Permitir ao aluno o contacto com a realidade do mundo do trabalho favorecendo o desenvolvimento do seu sentido de responsabilidade e a sua formação pessoal, social e profissional;-----

--- b) Possibilitar ao aluno o aprofundamento da sua preparação técnica.-----

--- **Artigo 2º - Estagiário**-----

--- O segundo outorgante aceita admitir na qualidade de estagiário o estudante:-----

--- Nome: Teresa de Almeida Soares Rodrigues Jorge-----

--- Data de Nascimento: 22-06-1996-----

Cartão de Cidadão n.º-----

---Data de Validade:-----

---Morada: Rua da Paz – 2050-413 Vale do Paraíso-----

--- **Artigo 3º**--- Lugar de formação-----

---A Formação em Contexto de Trabalho decorrerá nas instalações do segundo outorgante-----

--- **Artigo 4º - Duração**-----

--- a) O período de Formação em Contexto de Trabalho inicia a \_\_\_\_\_ de 2015 e termina a \_\_\_\_\_ de 2015.-----

- b) A Formação em Contexto de Trabalho deverá ser feita de acordo com o horário de trabalho em vigor na empresa: 7 horas diárias, cinco dias por semana, fazendo um total de 420 horas.
- c) Sempre que se considere necessária a presença do aluno na escola, esta poderá fazê-lo através de convocatória, e com aviso ao Orientador da empresa, no prazo mínimo de 48 horas.

--- **Artigo 5º - Deveres dos Orientadores e do estagiário**

--- 1. a) A Câmara Municipal de Azambuja designa na qualidade de responsável da Formação em Contexto de Trabalho a funcionária Florbela Gaspar Batalha, que ocupa na Câmara a função de Técnico Superior de Educação e Comunicação Multimédia.

--- b) O responsável pelo estagiário na Câmara deverá:

- Integrar o estagiário na realidade específica da profissão de modo a favorecer a concretização dos objetivos expressos no artigo 1º do presente protocolo;
- --Coordenar, em conjunto com o professor acompanhante, as atividades que o aluno deve experienciar durante o estágio;
- Informar o professor acompanhante de eventuais problemas surgidos no decorrer do estágio e a estes referentes;
- Dar parecer sobre a atividade desenvolvida pelo aluno através de um relatório, elaborado especificamente para o efeito.

--- 2. A Direção da escola indica a Professora \_\_\_\_\_ como acompanhante da formação.

--- a) São funções do professor acompanhante:

- --Colaborar na coordenação e acompanhamento das atividades que o aluno deve desenvolver durante o estágio;
- Elaborar um relatório informativo das atividades desenvolvidas pelo aluno no estágio.

--- 3. São obrigações assumidas pelo estagiário:

- a) Desempenhar as funções definidas no presente protocolo;
- b) Respeitar os horários de trabalho definidos, não sendo permitido faltas injustificadas;
- c) Respeitar as regras internas de funcionamento da empresa;
- d) Apresentar um relatório crítico da atividade por si realizada durante o estágio;
- e) Respeitar o sigilo profissional.

--- **Artigo 6º - Seguro**

--- O estagiário encontra-se abrangido pelo Seguro de Atividade Escolar ao abrigo da Portaria n.º 413/99 de 8 de junho.

--- **Artigo 7º - Apreciação**

O trabalho desenvolvido pelo estagiário será objeto de uma apreciação por parte do responsável pelo seu acompanhamento na Câmara Municipal.

--- **Artigo 8º - Rescisão do contrato**

- a) A Câmara Municipal ou a escola poderão rescindir, unilateralmente, este contrato desde que o desempenho do aluno se apresente lesivo para o funcionamento normal da Câmara ou seja considerado, pela escola, pedagogicamente desaconselhado;
- b) O abandono pelo aluno do estágio implica que este deve assumir toda a responsabilidade pelos efeitos da sua atitude a menos que esta seja plenamente justificada.

--- **Artigo 9º - Faltas**

- O aluno deve apresentar justificação no prazo de 48 horas à Câmara, local de estágio, e à escola.
- Uma vez posta a votação a Proposta Nº 22 /P/2015 foi aprovada por unanimidade

--- **2. Proposta Nº 23 /P/2015 - Alteração aos protocolos relativos aos Grupos de Intervenção Permanente (GIP)**

--- O Senhor Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: "Considerando:

- Que nos termos da Proposta n.º.33/P/2010 foram aprovadas alterações aos protocolos para a criação de um grupo de intervenção permanente (GIP), celebrados entre o Município de Azambuja e as Associações dos Bombeiros Voluntários de Alcoentre e Azambuja;
- Que se entende necessário rever o disposto na cláusula segunda dos referidos protocolos, designadamente quanto às verbas a transferir;
- As atribuições do Município na área da Proteção Civil, conforme previsto na al) j) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

--- Proponho:

--- Que a Câmara Municipal delibere aprovar as alterações aos protocolos para a criação de um grupo de intervenção permanente (GIP), nos termos e condições da Adenda que junto se anexa.

--- ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE CRIAÇÃO DE UM GRUPO DE INTERVENÇÃO PERMANENTE (GIP) -----  
--- Considerando que as partes celebraram em 7 de julho de 2010 alterações ao protocolo para criação de um grupo de intervenção permanente (GIP), aprovado pela Câmara Municipal em 17/04/2010 nos termos da proposta n.º 33/P/2010.-----

---Considerado a necessidade de rever o disposto na cláusula segunda do referido protocolo, designadamente quanto à verba a transferir.-----

--- Assim, a CÂMARA MUNICIPAL DA AZAMBUJA, neste ato representada pelo seu Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, a ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALCOENTRE, representada neste ato pelo seu Presidente, Jorge Manuel Bernardino Fernandes, acordam em celebrar um aditamento ao identificado protocolo nos seguintes termos:-----

---Artigo 1.º-----

--- Pelo presente Aditamento a cláusula segunda do referido protocolo é alterada nos seguintes termos: -----

--- « **SEGUNDA** » -----

---1. -----

---2. O MUNICÍPIO, no sentido de apoiar o normal funcionamento do GIP no desenvolvimento das funções descritas na cláusula primeira compromete-se a transferir uma verba de 98.220,00 euros a entregar mensal/trimestralmente à ASSOCIAÇÃO.-----

---3. Os elementos do GIP serão abrangidos pelo seguro de acidentes de trabalho, pago pelo Município, até ao montante máximo de 2.000€ (dois mil euros) e, mediante a entrega do documento comprovativo. -----

--- Artigo 2.º-----

--- O presente Aditamento entra em vigor na data da sua assinatura.-----

--- ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE CRIAÇÃO DE UM GRUPO DE INTERVENÇÃO PERMANENTE (GIP) -----

--- Considerando que as partes celebraram em 7 de julho de 2010 alterações ao protocolo para criação de um grupo de intervenção permanente (GIP), aprovado pela Câmara Municipal em 17/04/2010 nos termos da proposta n.º 33/P/2010.-----

--- Considerado a necessidade de rever o disposto na cláusula segunda do referido protocolo, designadamente quanto à verba a transferir.-----

--- Assim, a CÂMARA MUNICIPAL DA AZAMBUJA, neste ato representada pelo seu Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, a ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE AZAMBUJA, representada neste ato pelo seu Presidente, André Horta Salema, acordam em celebrar um aditamento ao identificado protocolo nos seguintes termos:-----

--- Artigo 1.º-----

--- Pelo presente Aditamento a cláusula segunda do referido protocolo é alterada nos seguintes termos: -----

--- « **SEGUNDA** » -----

---1. -----

---2. O MUNICÍPIO, no sentido de apoiar o normal funcionamento do GIP no desenvolvimento das funções descritas na cláusula primeira compromete-se a transferir uma verba de 98.220,00 euros a entregar mensal/trimestralmente à ASSOCIAÇÃO.-----

---3. Os elementos do GIP estão abrangidos pelo seguro de acidentes de trabalho, pago pelo Município, até ao montante máximo de 2.000€ (dois mil euros) e, mediante a entrega do documento comprovativo -----

--- Artigo 2.º-----

---O presente Aditamento entra em vigor na data da sua assinatura.”-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta Nº 11/P/2014 foi aprovada por unanimidade , não tendo o Senhor Vice-Presidente tomado parte na votação por fazer parte dos Corpos Gerentes dos B. V. Azambuja-----

---3. Proposta Nº28/P/2015 – Contrato de Prestação de Serviços (notariado e solicitadoria)-----

--- O Senhor Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando:-----

--- A informação prestada pelo Serviço de Património que chama a atenção para a necessidade de trabalhos urgentes a desenvolver, durante o ano de 2015, conforme documento em anexo;-----

--- O atual regime jurídico que regula os contratos de aquisição de serviços, designadamente, o disposto no artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado para o corrente ano – Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro -, e ainda, o disposto no n.º2 do artigo 32.º da Lei n.º35/2014, de 20 de junho, torna-se necessário obter parecer prévio favorável do executivo municipal para verificação do requisito previsto na al. a) no n.º1 do artigo 32.º da citada Lei;-----

--- Que, para a fundamentação do parecer a emitir pelo órgão executivo e, conforme disposto, por analogia, na Portaria 53/2014, de 3 de março, importa saber o seguinte:-----

- 1. Pretende-se efetuar a contratação, em regime de avença, de uma pessoa com experiência jurídica nas áreas do notariado e solicitadoria;-----
- 2. Francisco Santos Prado tem as características exigidas para o desenvolvimento desta tarefa;-----
- 3. Que a contratação pretendida não se revela exequível através do recurso a qualquer outra modalidade de relação jurídica de emprego público, uma vez que tem especificidades de ordem técnica;-----
- 4. Que a prestação de serviço pretendida não pressupõe subordinação hierárquica nem configura a execução de trabalho subordinado sendo exercida com autonomia técnica;-----
- 5. Que a especificidade da contratação pretendida e a relação de confiança que deve presidir ao trabalho a desenvolver, aconselha a que se recorra à contratação do indivíduo supra identificado, mediante a contratação, em regime de avença;-----
- 6. Que existe disponibilidade orçamental, conforme informação de cabimento anexa;-----
- 7. Que, para a celebração do contrato de aquisição de serviços se recorrerá ao procedimento de ajuste direto.-----

--- Proponho:-----

--- Que a Câmara Municipal, ao abrigo da legislação supra mencionada e com base nos fundamentos expostos, delibere emitir parecer favorável à celebração de contrato de prestação de serviços, em regime de avença com Francisco Santos Prado, pelo valor global de 7.500 €, acrescido de IVA, nas seguintes condições:-----

--- Que seja comprovada a regularização das obrigações contributivas e fiscais do prestador de serviço;-----

--- Que o trabalho seja desenvolvido num prazo de 9 meses após assinatura do contrato;-----

--- Que o pagamento seja faseado em 9 prestações mensais, iguais e sucessivas.”-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta Nº 28/P/2015 foi aprovada por unanimidade.-----

---4. Atribuição de Topónimos-----

---4.1 Proposta Nº24 /P/2015 –-----

--- O Senhor Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando :-----

--- que no âmbito dos processos 9/15 CERL e 11/15 CERL, Manuel Pereira Redinha, solicita a atribuição de numeração policial e de topónimo a caminho público;-----

--- que compete ao Município a atribuição de topónimo às estradas e caminhos municipais;-----

--- que a Junta de Freguesia de Azambuja aprovou em reunião do dia 05-03-2015, a atribuição do topónimo “Rua Santa Maria da Assunção de Azambuja” no lugar de Casais de Baixo, ao troço de rua confinante com a Rua dos Casaleiros;-----

--- a atribuição do município quanto ao ordenamento do território e urbanismo prevista na alínea n) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei 75/2013 de 18 de setembro;-----

--- a competência da Câmara Municipal prevista, nomeadamente, na alínea ss) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 18 de setembro.-----

--- Proponho que a Câmara Municipal delibere:-----

--- Aprovar a atribuição do topónimo supra citado, como melhor assinala a planta anexa e que integra a presente proposta.”-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta Nº24 /P/2015 foi aprovada por unanimidade.-----

---4.1 Proposta Nº25 /P/2015 –-----

--- O Senhor Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando :-----

--- que compete ao Município a atribuição de topónimo às estradas e caminhos municipais;-----

--- que a Junta de Freguesia de Azambuja deliberou propor a atribuição do topónimo “Beco do Curralão”, com início na Estrada Municipal 513 e fim sem saída, através da proposta Nº 13/P/2014, contida no processo Nº 122/14 – CERL (\*);-----

--- a atribuição do município quanto ao ordenamento do território e urbanismo prevista na alínea n) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei 75/2013 de 18 de setembro;-----

--- a competência da Câmara Municipal prevista, nomeadamente, na alínea ss) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 18 de setembro.-----

--- Proponho que a Câmara Municipal delibere:-----

---Aprovar a atribuição do topónimo “Beco do Curralão” com início na Estrada Municipal 513 e fim sem saída, como melhor assinala a planta anexa e que integra a presente proposta.-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta Nº25 /P/2015 foi aprovada por unanimidade.-----

---4.1 Proposta Nº26 /P/2015 –-----

--- O Senhor Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando :-----

- que no âmbito dos processos 9/15 CERL e 11/15 CERL, Manuel Pereira Redinha, solicita a atribuição de numeração policial e de topónimo a caminho público;
- que compete ao Município a atribuição de topónimo às estradas e caminhos municipais;
- que a Junta de Freguesia de Azambuja aprovou em reunião do dia 05-03-2015, a atribuição do topónimo "Rua Santa Maria da Assunção de Azambuja" no lugar de Casais de Baixo, ao troço de rua confinante com a Rua dos Casaleiros;
- a atribuição do município quanto ao ordenamento do território e urbanismo prevista na alínea n) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei 75/2013 de 18 de setembro;
- a competência da Câmara Municipal prevista, nomeadamente, na alínea ss) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 18 de setembro.
- Proponho que a Câmara Municipal delibere:
- Aprovar a atribuição do topónimo supra citado, como melhor assinala a planta anexa e que integra a presente proposta."
- Uma vez posta a votação a Proposta Nº26 /P/2015 foi aprovada por unanimidade.
- 5- Redução no pagamento de taxas devidas por emissão de Alvará de construção
- 5.1 Proposta Nº27 /P/2015
- A Proposta Nº 27/P/2015 foi retirada.
- 5.2 Proposta Nº29 /P/2015
- A Proposta Nº 29/P/2015 foi retirada.
- 6. Proposta Nº9/VP /2015 - Regulamento dos Cemitérios do Município de Azambuja
- O Senhor Vice - Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:
- "Considerando:
- Que a Câmara pretende colocar em funcionamento o cemitério da freguesia de Azambuja, designado por cemitério "Casais Vale de Barbas", uma vez que se verifica já a saturação dos terrenos e a limitação de espaço no cemitério sito na EN. 3;
- Que se entende necessário proceder à revisão de algumas das normas do regulamento dos Cemitérios do Município de Azambuja.
- PROPONHO:
- Que a Câmara Municipal, no uso das competências previstas na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea K) do n.º 1º do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 Setembro, delibere aprovar as alterações ao Regulamento dos Cemitérios do Município de Azambuja, bem como submeter o mesmo à apreciação pública para recolha de sugestões pelo prazo de 30 dias, conforme disposto no artigo 118.º, n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo, com vista à sua posterior apreciação pela Assembleia Municipal, nos termos seguintes:
- Artigo 1º
- Os artigos 6º, 9º, 14, 18º, 23º, 24º, 27º, 30º, 33º, 74.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais, passam ter a seguinte redação:
- « Artigo 6º
- (...)
- 1 — Os cemitérios municipais estarão abertos ao público todos os dias, das 9 às 17 horas, exceto nos dias úteis de Abril a Setembro, em que encerrarão às 18 horas.
- 2 —
- 3 —
- 9 —
- (...)
- 1 — Em ambos os Cemitérios as inumações são efetuadas em sepulturas temporárias, e perpétuas, em talhões privativos, jazigos, gavetões e ossários particulares ou municipais.
- 2 —
- 3 —
- Artigo 14.º
- (...)
- 1 —
- 2 — O requerimento a que se refere o número anterior obedece ao formulário a disponibilizar pelos serviços, devendo ser instruído com os seguintes documentos:
- a) .....
- b) .....
- c) .....



-- Artigo 18.º

-- (...)

-- 1 — *As sepulturas classificam-se em temporárias e perpétuas:*

-- a) *São temporárias as sepulturas para inumação por cinco anos, findo o qual poderá proceder-se à exumação, embora no cemitério da EN 3, e exclusivamente para inumações efetuadas até Janeiro de 2002, o prazo pode ir de 8 a 12 anos;*

-- b) .....

-- 2 — *Eliminado*

-- Artigo 23.º

-- (...)

-- 1 — .....

-- 2 — *Para efeitos de nova inumação, e desde que nas anteriores se tenha utilizado caixão próprio para inumações temporárias, poderá proceder-se à exumação decorrido o prazo legal de cinco anos, ou de 8 a 12 anos, conforme se trate do cemitério dos Casais de Vale Barbas ou do cemitério da EN 3.*

-- Artigo 24.º

-- (...)

-- 1 — *Os jazigos no Cemitério da EN3 podem ser de três espécies:*

-- a) *Subterrâneos — aproveitando apenas o subsolo;*

-- b) *Capelas — constituídas somente por edificações acima do solo;*

-- c) *Mistos — conjugando as duas espécies anteriores.*

-- 2 — *Os jazigos no Cemitério Vale Barbas são apenas de Capela.*

-- 3 — *anterior n.º 2*

-- Artigo 27.º

-- (...)

-- 1 — *Salvo em cumprimento de mandado da autoridade judiciária, a abertura de qualquer sepultura só é permitida decorridos cinco anos sobre a inumação ou até 8 a 12 anos para as inumações efetuadas no cemitério da EN 3 até Janeiro de 2002.*

-- 2 — .....

-- Artigo 30.º

-- (...)

-- 1— *A trasladação é solicitada ao presidente da Câmara Municipal pelas pessoas com legitimidade para tal, nos termos do artigo 2.º, através de requerimento, conforme formulário a disponibilizar pelos serviços.*

-- 2 — .....

-- 3 — .....

-- 4 — .....

-- Artigo 33.º

-- (...)

--1— *Mediante concessão do Presidente da Câmara Municipal, os terrenos dos cemitérios podem ser objeto de uso privativo para instalação de jazigos particulares e sepulturas perpétuas.*

-- 2 — .....

-- 3 — .....

-- Artigo 74.º

-- (...)

--1— .....

-- a) .....

-- b) .....

-- c) .....

-- d) .....

-- e) .....

-- f) .....

-- g) .....

-- h) .....

-- i) .....

-- j) .....

--k) A abertura de sepultura antes de decorridos cinco anos, salvo em cumprimento de mandado da autoridade judiciária;

--l) .....

-- m) .....

-- Artigo 2.º .....

-- É republicado, em anexo, o Regulamento dos Cemitérios Municipais, com a redação atual.

-- Artigo 3.º .....

-- As presentes alterações entram em vigor 15 dias após a sua publicação, nos termos legais.

-- Regulamento dos Cemitérios Municipais

-- CAPÍTULO I - Definições e normas de legitimidade

-- Artigo 1.º - Definições

-- Para efeitos do presente Regulamento, considera-se:

-- a) Autoridade de polícia - a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública e a Polícia Marítima;

-- b) Autoridade de saúde - o delegado regional de saúde, o delegado concelhio de saúde ou os seus adjuntos;

-- c) Autoridade judiciária - o juiz de instrução e o Ministério Público, cada um relativamente aos atos processuais que cabem na sua competência;

-- d) Remoção - o levantamento de cadáver do local onde ocorreu ou foi verificado o óbito e o seu subsequente transporte, a fim de se proceder à sua inumação;

-- e) Inumação - a colocação de cadáver em sepultura ou jazigo;

-- f) Exumação - abertura de sepultura ou caixão de metal onde se encontra inumado o cadáver;

-- g) Trasladação - o transporte de cadáver inumado em jazigo ou ossadas para local diferente daquele em que se encontram, a fim de serem de novo inumados, cremados ou colocados em ossário;

-- h) Cadáver - o corpo humano após a morte, até estarem terminados os fenómenos de destruição da matéria orgânica;

-- i) Ossadas - o que resta do corpo humano uma vez terminado o processo de mineralização do esqueleto;

-- j) Viatura e recipientes apropriados - aqueles em que seja possível proceder ao transporte de cadáveres, ossadas, fetos mortos ou recém-nascidos falecidos no período neonatal precoce, em condições de segurança e de respeito pela dignidade humana;

-- k) Período neonatal precoce - as primeiras cento e sessenta e oito horas de vida;

-- l) Depósito - colocação de urnas contendo restos mortais em ossários, jazigos e sepulturas;

-- m) Ossário - construção destinada ao depósito de urnas contendo restos mortais, predominantemente ossadas;

-- n) Restos mortais - cadáveres e ossadas;

-- o) Talhão - área contínua destinada a sepulturas, unicamente delimitada por ruas, podendo ser constituído por uma ou várias secções.

-- Artigo 2.º - Legitimidade

-- 1 - Têm legitimidade para requerer a prática de atos previstos neste Regulamento, sucessivamente:

-- a) O testamenteiro, em cumprimento de disposição testamentária;

-- b) O cônjuge sobrevivente;

-- c) A pessoa que vivia com o falecido em condições análogas às dos cônjuges;

-- d) Qualquer herdeiro;

-- e) Qualquer familiar;

-- f) Qualquer pessoa ou entidade.

-- 2 - Se o falecido não tiver nacionalidade portuguesa, tem também legitimidade o representante diplomático ou consular do país da sua nacionalidade.

-- 3 - O requerimento para a prática desses atos pode também ser apresentado por pessoa munida de procuração com poderes especiais para o efeito, passada por quem tiver legitimidade nos termos dos números anteriores.

-- CAPÍTULO II - Da organização e funcionamento dos serviços

-- SECÇÃO I - Disposições gerais

-- Artigo 3.º - Âmbito

-- 1 - Os cemitérios municipais da Azambuja — o antigo cemitério, designado por cemitério da EN 3 e o novo cemitério designado por cemitério dos Casais Vale Barbas — destinam-se à inumação dos cadáveres de

indivíduos falecidos na área do município da Azambuja, exceto se o óbito tiver ocorrido em freguesias deste que disponham de cemitério próprio. -----

--- 2 - Poderão ainda ser inumados nos cemitérios municipais da Azambuja, observadas, quando for caso disso, as disposições legais e regulamentares: -----

--- a) Os cadáveres de indivíduos falecidos em freguesias do município, quando, por motivo de insuficiência de terreno, comprovada por escrito pelo presidente da junta de freguesia respectiva, não seja possível a inumação no respetivo cemitério de freguesia; -----

---b) Os cadáveres de indivíduos falecidos fora da área do município que se destinem a jazigos particulares ou sepulturas perpétuas; -----

--- c) Os cadáveres de indivíduos falecidos fora do município, mas que tivessem à data da morte o seu domicílio habitual na área deste; -----

--- d) Os cadáveres de indivíduos não abrangidos nas alíneas anteriores, em face de circunstâncias que se reputem ponderosas e mediante autorização do presidente da Câmara. -----

--- SECÇÃO II - Dos serviços -----

--- Artigo 4.º - Serviço de receção e inumação de cadáveres -----

--- Os serviços de receção e inumação de cadáveres são dirigidos pelo encarregado dos cemitérios ou por quem legalmente o substituir, a quem compete cumprir, fazer cumprir e fiscalizar as disposições do presente Regulamento, das leis e regulamentos gerais, das deliberações da Câmara Municipal e as ordens dos seus superiores, relacionadas com aqueles serviços. -----

--- Artigo 5.º - Serviços de registo e expediente geral -----

--- Os serviços de registo e expediente geral estarão a cargo da Secção de Taxas e Licenças, onde existirão, para o efeito, livros de registo de inumações, exumações, trasladações e concessões de terrenos e quaisquer outros considerados necessários ao bom funcionamento dos serviços. -----

--- SECÇÃO III - Do funcionamento -----

--- Artigo 6.º - Horário de funcionamento -----

--- 1 - Os cemitérios municipais estarão abertos ao público todos os dias, das 9 às 17 horas, exceto nos dias úteis de Abril a Setembro, em que encerrarão às 18 horas. -----

--- 2 - Para efeito de inumação de restos mortais, o corpo terá que dar entrada até trinta minutos antes do seu encerramento. -----

--- 3 - Os cadáveres que derem entrada fora do horário estabelecido, ficarão em depósito, aguardando a inumação dentro das horas regulamentares, salvo casos especiais, em que, mediante autorização do presidente da Câmara, poderão ser imediatamente inumados. -----

--- CAPÍTULO III - Da remoção -----

--- Artigo 7.º - Remoção -----

--- 1 - Quando, nos termos da legislação aplicável, não houver lugar à realização de autópsia médico-legal e, por qualquer motivo, não for possível assegurar a entrega do cadáver a qualquer das pessoas ou entidades indicadas no artigo 4.º, a fim de se proceder à sua inumação ou cremação dentro do prazo legal, o mesmo é removido para a casa mortuária dotada de câmara frigorífica que fique mais próxima do local da verificação do óbito. -----

--- 2 - Nos casos previstos no número anterior, compete à autoridade de polícia: -----

--- a) Promover a remoção do cadáver pelos meios mais adequados, podendo solicitar para o efeito a colaboração de quaisquer entidades; -----

--- b) Proceder à recolha, arrolamento e guarda do espólio do cadáver. -----

--- 3 - A autoridade de polícia com jurisdição na área da freguesia onde se encontre instalada uma casa mortuária dotada de câmara frigorífica tem permanente acesso a ela. -----

---CAPÍTULO IV - Do transporte -----

---Artigo 8.º - Regime aplicável -----

--- Ao transporte de cadáveres, ossadas, peças anatómicas, fetos mortos e de recém-nascidos falecidos no período neonatal precoce, são aplicáveis as regras seguintes: -----

--- 1 - O transporte de cadáver fora de cemitério, por estrada, é efetuado em viatura apropriada e exclusivamente destinada a esse fim, pertencente à entidade responsável pela administração de um cemitério ou a outra entidade, pública ou privada, dentro de: -----

--- a) Caixão de madeira — para inumação em sepulturas ou em local de consumpção aeróbia; -----

--- b) Caixão de zinco com a espessura mínima de 0,4 mm — para inumação em jazigos; -----

--- c) Caixão de madeira facilmente destrutível por ação do calor — para cremação. -----

2

--- 2 - O transporte de ossadas fora de cemitério, por estrada, é efetuado em viatura apropriada exclusivamente destinada a esse fim, pertencente à entidade responsável pela administração de um cemitério ou a outra entidade, pública ou privada, dentro de:-----

--- a) Caixão de zinco com a espessura mínima de 0,4 mm ou de madeira — para inumação em jazigo ou em ossário;-----

--- b) Caixa de madeira facilmente destrutível por ação do calor — para cremação.-----

--- 3 - Se o caixão ou a caixa, contendo o cadáver ou as ossadas, forem transportados como frete por via férrea, marítima ou aérea, devem ser introduzidos numa embalagem de material sólido que dissimule a sua aparência, sobre a qual deve ser aposta, de forma bem visível, a seguinte indicação: «MANUSEAR COM PRECAUÇÃO»;-----

--- 4 - O transporte de cinzas resultantes da cremação de cadáver, ossadas ou peças anatómicas, fora de cemitério, é livre desde que efetuado em recipiente apropriado;-----

--- 5 - O transporte de cadáver, ossadas ou cinzas dentro de cemitério é efetuado da forma que for determinada pela entidade responsável pela respetiva administração, ouvida, se tal for considerado necessário, a autoridade de saúde;-----

--- 6 - A viatura que for apropriada e exclusivamente destinada ao transporte de cadáveres fora de cemitério, por estrada, é igualmente apropriada para o transporte de ossadas;-----

--- 7 - Nos casos previstos nos n.ºs 1 a 3, a entidade responsável pelo transporte do caixão ou da caixa deve ser portadora do certificado de óbito ou da fotocópia simples de um dos seguintes documentos: assento ou auto de declaração de óbito ou boletim de óbito;-----

--- 8 - O disposto nos n.ºs 1 e 7 não se aplica à remoção de cadáveres previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 7.º;-----

--- 9 - O transporte inter-hospitalar de fetos mortos, independentemente da respetiva idade de gestação, e de recém-nascidos falecidos no período neonatal precoce, para fins de autópsia clínica para precisão de diagnósticos, pode efetuar-se em ambulância ou noutra viatura de hospital;-----

--- 10 - O transporte de fetos mortos e de recém-nascidos falecidos no período neonatal precoce, fora da situação prevista no número anterior, é feito em viatura apropriada, pertencente à entidade responsável pela administração de um cemitério ou a outra entidade, pública ou privada.-----

--- CAPÍTULO V - Das inumações-----

--- SECÇÃO I - Disposições comuns-----

--- Artigo 9.º - Locais de inumação-----

--- 1 - Em ambos os Cemitérios as inumações são efetuadas em sepulturas temporárias, e perpétuas, em talhões privativos, jazigos, gavetões e ossários particulares ou municipais.-----

--- 2 - Excecionalmente, e mediante autorização do presidente da Câmara, poderá ser permitida:-----

--- a) A inumação em locais especiais ou reservados a pessoas de determinadas categorias, nomeadamente de certa nacionalidade, confissão ou regra religiosa;-----

--- b) A inumação em capelas privativas situadas fora dos aglomerados populacionais e tradicionalmente destinadas ao depósito do cadáver ou ossadas dos familiares dos respetivos proprietários.-----

--- 3 - Poderão ser concedidos talhões privativos a comunidades religiosas com práticas mortuárias específicas, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao presidente da Câmara Municipal, e acompanhado dos estudos necessários e suficientes à boa compreensão da organização do espaço e das construções nele previstas, bem como garantias de manutenção e limpeza.-----

--- Artigo 10.º - Inumações fora de cemitério público-----

--- 1 - Nas situações constantes do n.º 2 do artigo anterior, o pedido de autorização é dirigido ao presidente da Câmara Municipal, mediante requerimento, por qualquer das pessoas referidas no artigo 2.º, dele devendo constar:-----

--- a) Identificação do requerente;-----

--- b) Indicação exata do local onde se pretende inumar ou depositar ossadas;-----

--- c) Fundamentação adequada da pretensão, nomeadamente ao nível da escolha do local.-----

--- 2 - A inumação fora de cemitério público é acompanhada por um responsável adstrito aos serviços dos cemitérios municipais.-----

--- Artigo 11.º - Modos de inumação-----

--- 1 - Os cadáveres a inumar serão encerrados em caixões de madeira ou de zinco.-----

--- 2 - Os caixões de zinco devem ser hermeticamente fechados, para o que serão soldados, no cemitério, perante o funcionário responsável.-----

--- 3 - Sem prejuízo do número anterior, a pedido dos interessados, e quando a disponibilidade dos serviços o permitir, pode a soldagem do caixão efetuar-se com a presença de um representante do presidente da Câmara, no local de onde partirá o féretro. -----

--- 4 - Antes do definitivo encerramento, devem ser depositados nas urnas materiais que acelerem a decomposição do cadáver ou colocados filtros depuradores e dispositivos adequados a impedir a pressão dos gases no seu interior, consoante se trate de inumação em sepultura ou em jazigo. -----

--- Artigo 12.º - Prazos de inumação -----

--- 1 - Nenhum cadáver será inumado nem encerrado em caixão de zinco antes de decorridas vinte e quatro horas sobre o falecimento. -----

--- 2 - Quando não haja lugar à realização de autópsia médico-legal e houver perigo para a saúde pública, a autoridade de saúde pode ordenar, por escrito, que se proceda à inumação, encerramento em caixão de zinco ou colocação do cadáver em câmara frigorífica antes de decorridos os prazos previstos nos números anteriores. -----

--- 3 - Um cadáver deve ser inumado dentro dos seguintes prazos máximos: -----

--- a) Em setenta e duas horas, se imediatamente após a verificação do óbito tiver sido entregue a uma das pessoas indicadas no artigo 2.º do presente Regulamento; -----

--- b) Em setenta e duas horas, a contar da entrada em território nacional, quando o óbito tenha ocorrido no estrangeiro; -----

--- c) Em quarenta e oito horas após o termo da autópsia médico-legal ou clínica; -----

--- d) Em vinte e quatro horas, a contar do momento em que for entregue a uma das pessoas ou entidades indicadas no artigo 2.º do presente regulamento, nas situações referidas no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro; -----

--- e) Até 30 dias sobre a data da verificação do óbito, se não foi possível assegurar a entrega do cadáver a qualquer das pessoas ou entidades indicadas no artigo 2.º deste Regulamento. -----

--- Artigo 13.º - Condições para a inumação -----

--- Nenhum cadáver poderá ser inumado sem que, para além de respeitados os prazos referidos no artigo anterior, previamente tenha sido lavrado o respetivo assento ou auto de declaração de óbito ou emitido o boletim de óbito. -----

--- Artigo 14.º - Autorização de inumação -----

--- 1 - A inumação de um cadáver depende de autorização da Câmara Municipal da Azambuja, a requerimento das pessoas com legitimidade para tal, nos termos do artigo 2.º. -----

--- 2 - O requerimento a que se refere o número anterior obedece ao formulário a disponibilizar pelos serviços, devendo ser instruído com os seguintes documentos: -----

--- a) Assento, auto de declaração de óbito ou boletim de óbito; -----

--- b) Autorização da autoridade de saúde, nos casos em que haja necessidade de inumação antes de decorridas vinte e quatro horas sobre o óbito; -----

--- c) Os documentos a que alude o artigo 49.º deste Regulamento, quando os restos mortais se destinem a ser inumados em jazigo particular ou sepultura perpétua. -----

--- Artigo 15.º - Tramitação -----

--- 1 - O requerimento e os documentos referidos no número anterior são apresentados à Câmara Municipal, através da Unidade de Atendimento ao Público, por quem estiver encarregado da realização do funeral. -----

--- 2 - Cumpridas estas obrigações e pagas as taxas que forem devidas, a Câmara Municipal emite guia de modelo previamente aprovado, cujo original entrega ao encarregado do funeral. -----

--- 3 - Não se efetuará a inumação sem que aos serviços de receção afetos aos cemitérios seja apresentado o original da guia a que se refere o número anterior, exceto aos fins-de-semana, em que a guia poderá ser apresentada no 1.º dia útil. -----

--- 4 - O documento referido no número anterior será registado nos livros de inumações, mencionando-se o seu número de ordem, bem como a data de entrada do cadáver ou ossadas nos cemitérios. -----

--- Artigo 16.º - Insuficiência da documentação -----

--- 1 - Os cadáveres deverão ser acompanhados de documentação comprovativa do cumprimento das formalidades legais. -----

--- 2 - Na falta ou insuficiência da documentação legal, os cadáveres ficarão em depósito até que esta esteja devidamente regularizada. -----

--- 3 - Decorridas vinte e quatro horas sobre o depósito ou, em qualquer momento em que se verifique o adiantado estado de decomposição do cadáver, sem que tenha sido apresentada documentação em falta, -----

os serviços comunicarão imediatamente o caso às autoridades sanitárias ou policiais para que tomem as providências adequadas.

--- SECCÃO II - Das inumações em sepulturas

--- Artigo 17.º - Sepultura comum não identificada

--- É proibida a inumação em sepultura comum não identificada, salvo:

- a) Em situação de calamidade pública;
- b) Tratando-se de fetos mortos abandonados ou de peças anatómicas.

--- Artigo 18.º - Classificação

--- 1 - As sepulturas classificam-se em temporárias e perpétuas:

- a) São temporárias as sepulturas para inumação por cinco anos, findo o qual poderá proceder-se à exumação, embora no cemitério da EN 3, e exclusivamente para inumações efetuadas até Janeiro de 2002, o prazo pode ir de 8 a 12 anos;
- b) São perpétuas, aquelas cuja utilização foi exclusiva e perpetuamente concedida, mediante requerimento dos interessados, para utilização imediata.

--- Artigo 19.º - Dimensões

--- 1 - As sepulturas terão, em planta, a forma retangular, obedecendo às seguintes dimensões mínimas:

--- Para adultos:

- Comprimento - 2 m;
- Largura - 0,70 m;
- Profundidade - 1,15 m;

--- Para crianças:

- Comprimento - 1 m;
- Largura - 0,65 m;
- Profundidade - 1 m.

--- Artigo 20.º - Organização do espaço

- 1 - As sepulturas, devidamente numeradas, agrupar-se-ão em talhões ou secções, tanto quanto possível retangulares.
- 2 - Procurar-se-á o melhor aproveitamento do terreno, não podendo, porém, os intervalos entre as sepulturas e entre estas e os lados dos talhões ser inferiores a 0,40 m, e mantendo-se para cada sepultura acesso com o mínimo de 0,60 m de largura.

--- Artigo 21.º - Enterramento de crianças

--- Além de talhões privativos que se considerem justificados, haverá secções para o enterramento de crianças separadas dos locais que se destinam aos adultos.

--- Artigo 22.º - Sepulturas temporárias

--- É proibido o enterramento nas sepulturas temporárias de madeiras muito densas, dificilmente deterioráveis ou nas quais tenham sido aplicadas tintas ou vernizes que demorem à sua destruição

--- Artigo 23.º - Sepulturas perpétuas

- 1 - Nas sepulturas perpétuas é permitida a inumação em caixões de madeira.
- 2 - Para efeitos de nova inumação, e desde que nas anteriores se tenha utilizado caixão próprio para inumações temporárias, poderá proceder-se à exumação decorrido o prazo legal de cinco anos, ou de 8 a 12 anos, conforme se trate do cemitério dos Casais de Vale Barbas ou do cemitério da EN 3.

--- SECCÃO III - Das inumações em jazigos e gavetões

--- Artigo 24.º - Espécies de jazigos

--- 1 - Os jazigos no Cemitério da EN3 podem ser de três espécies:

- a) Subterrâneos — aproveitando apenas o subsolo;
- b) Capelas — constituídas somente por edificações acima do solo;
- c) Mistos — conjugando as duas espécies anteriores

--- 2 - Os jazigos no cemitério Vale Barbas são apenas de Capela.

--- 3 - Os jazigos ossários, essencialmente destinados ao depósito de ossadas, poderão ter dimensões inferiores às dos jazigos normais.

--- Artigo 25.º - Inumação em jazigo ou gavetão

--- Para a inumação em jazigo ou gavetão deve ser encerrado em caixão de zinco, devendo a folha empregada no seu fabrico ter a espessura mínima de 0,4 mm.

--- Artigo 26.º - Deteriorações

--- 1 - Quando um caixão depositado em jazigo ou gavetão apresente rotura ou qualquer outra deterioração, serão os interessados avisados a fim de o mandarem reparar, marcando-se-lhes, para efeito, o prazo julgado conveniente. -----

--- 2 - Em caso de urgência, ou quando não se efetue a reparação prevista no número anterior, a Câmara Municipal efetua-la-á, imputando-se as despesas aos interessados. -----

--- 3 - Quando não possa reparar-se convenientemente o caixão deteriorado, encerrar-se-á noutro caixão de zinco ou será removido para sepultura, à escolha dos interessados ou por decisão do presidente da Câmara, tendo esta lugar em casos de manifesta urgência ou sempre que aqueles não se pronunciem dentro do prazo que lhes for fixado para optarem por uma das referidas soluções. -----

--- CAPÍTULO VI - Das exumações -----

--- Artigo 27.º - Prazos -----

--- 1 - Salvo em cumprimento de mandado da autoridade judiciária, a abertura de qualquer sepultura só é permitida decorridos cinco anos sobre a inumação ou até 8 a 12 anos para as inumações efetuadas no cemitério da EN 3 até Janeiro de 2002. -----

--- 2 - Se no momento da abertura não estiverem terminados os fenómenos de destruição da matéria orgânica, recobre-se de novo o cadáver, mantendo-o inumado por períodos sucessivos de dois anos até à mineralização do esqueleto. -----

--- Artigo 28.º - Aviso aos interessados -----

--- 1 - Decorrido o prazo estabelecido no n.º 1 do artigo anterior, proceder-se-á à exumação. -----

--- 2 - Duas vezes por ano, em Janeiro e Julho, os serviços da Câmara Municipal notificarão os interessados, se conhecidos, através de carta registada com aviso de receção, promovendo também a publicação de avisos em dois dos jornais mais lidos da região e afixando editais, convidando os interessados a requerer, no prazo de 30 dias, a exumação ou conservação de ossadas, e, uma vez recebido o requerimento, a comparecer no cemitério no dia e hora que vier a ser fixado para esse fim. -----

--- 3 - Verificada a oportunidade de exumação, pelo decurso do prazo fixado no número anterior, sem que o ou os interessados alguma diligência tenham promovido no sentido da sua exumação, esta, se praticável, será levada a efeito pelos serviços, considerando-se abandonada a ossada existente. -----

--- 4 - Às ossadas abandonadas, nos termos do número anterior, será dado o destino adequado, ou quando não houver inconveniente, serão inumadas nas próprias sepulturas, mas a profundidades superiores às indicadas no artigo 19.º. -----

--- Artigo 29.º - Exumação de ossadas em caixões inumados em jazigos ou gavetões -----

--- 1 - A exumação das ossadas de um caixão inumado em jazigo ou gavetão só será permitida quando aquele se apresente de tal forma deteriorado que se possa verificar a consumação das partes moles do cadáver. -----

--- 2 - A consumação a que alude o número anterior será obrigatoriamente verificada pelos serviços do cemitério. -----

--- 3 - As ossadas exumadas de caixão que, por manifesta urgência ou vontade dos interessados, se tenham removido para sepultura, nos termos do artigo 26.º, serão depositadas no jazigo originário ou em local acordado com o serviço de cemitério. -----

--- CAPÍTULO VII - Das trasladações -----

--- Artigo 30.º - Competência -----

--- 1 - A trasladação é solicitada ao presidente da Câmara Municipal pelas pessoas com legitimidade para tal, nos termos do artigo 2.º, através de requerimento, conforme formulário a disponibilizar pelos serviços. -----

--- 2 - Se a trasladação consistir na mera mudança de local no interior dos cemitérios é suficiente o deferimento do requerimento previsto no número anterior. -----

--- 3 - Se a trasladação consistir na mudança para cemitério diferente, deverão os serviços da Câmara Municipal remeter o requerimento referido no n.º 1 do presente artigo para a entidade responsável pela administração do cemitério para o qual vão ser trasladados o cadáver ou as ossadas, cabendo a esta o deferimento da pretensão. -----

--- 4 - Para cumprimento do estipulado no número anterior, poderão ser usados quaisquer meios, designadamente a notificação postal ou a comunicação via telecópia. -----

--- Artigo 31.º - Condições da trasladação -----

--- 1 - A trasladação de cadáver é efetuada em caixão de zinco, devendo a folha empregada no seu fabrico ter a espessura mínima de 0,4 mm. -----

--- 2 - A trasladação de ossadas é efetuada em caixão de zinco com espessura mínima de 0,4 mm ou de madeira. -----

--- 3 - Quando a trasladação se efetuar para fora dos cemitérios terá que ser utilizada viatura apropriada e exclusivamente destinada a esse fim. -----

--- Artigo 32.º - Registos e comunicações -----

--- 1 - Nos livros de registo dos cemitérios far-se-ão os averbamentos correspondentes às trasladações efetuadas. -----

2 - Os serviços da Câmara Municipal devem igualmente proceder à comunicação da trasladação para os efeitos previstos na alínea a) do artigo 71.º do Código do Registo Civil. -----

---CAPÍTULO VIII - Da concessão de terrenos-----

--- SECÇÃO I - Das formalidades-----

--- Artigo 33.º - Concessão-----

--- 1 - Mediante concessão do Presidente da Câmara Municipal, os terrenos dos cemitérios podem ser objeto de uso privativo para instalação de jazigos particulares e sepulturas perpétuas.-----

--- 2 - Os terrenos poderão também ser concedidos em hasta pública nos termos e condições que o Presidente da Câmara Municipal vier a fixar. -----

--- 3 - As concessões de terrenos não conferem aos titulares nenhum título de propriedade ou qualquer direito real, mas somente o direito de aproveitamento com afetação especial e nominativa em conformidade com as leis e regulamentos. -----

--- Artigo 34.º - Pedido-----

O pedido para a concessão de terrenos é dirigido ao presidente da Câmara e dele deve constar a identificação do requerente, a localização, área pretendida (em caso de jazigo), número do talhão, do coval e nome da pessoa sepultada.-----

--- Artigo 35.º - Decisão da concessão-----

--- 1 - Decidida a concessão, os serviços da Câmara Municipal notificam o requerente para comparecer no cemitério a fim de se proceder à escolha e demarcação do terreno, sob pena de se considerar caduca a decisão tomada. -----

--- 2 - O prazo para pagamento da taxa de concessão é de 30 dias a contar da notificação da decisão, sendo condição indispensável a apresentação do recibo comprovativo do pagamento dos impostos inerentes ao ato de cedência. -----

--- Artigo 36.º - Concessão para ocupação de ossário e gavetões-----

--- 1 - A requerimento dos interessados, pode o presidente da Câmara, em ambos os cemitérios, conceder o direito de ocupação temporária ou definitiva de ossários ou gavetões, mediante o pagamento da taxa respetiva. -----

--- 2 - Quando se trate de ossário cujo titular tenha falecido e no mesmo não se encontrem ainda depositadas três ossadas, será facultado dos interessados, que provarem ser herdeiros do falecido, o depósito de ossadas até ao limite de três, não podendo qualquer uma das existentes ser retirada. -----

--- Artigo 37.º - Alvará de concessão -----

--- 1 - A concessão de terrenos, ossários e gavetões é titulada por alvará da Câmara Municipal, a emitir aquando do pagamento das respetivas taxas de concessão, e cumpridas todas as formalidades. -----

--- 2 - Do alvará constarão os elementos de identificação do concessionário, morada, prazo, referências do jazigo, ossário, gavetão ou sepultura perpétua, nele devendo mencionar-se, por averbamento, todas as entradas e saídas de restos mortais. -----

--- 3 - Em caso de inutilização ou extravio, poderá ser emitida segunda via do alvará e nele serão inscritas as indicações que constem nos livros de registo. -----

--- SECÇÃO II - Dos direitos e deveres dos concessionários-----

--- Artigo 38.º - Prazos de realização de obras-----

--- 1 - Sem prejuízo do estabelecido no número seguinte, a construção de jazigos particulares deverá concluir-se nos prazos fixados. -----

--- 2 - Poderá o presidente da Câmara Municipal, em casos devidamente justificados, prorrogar estes prazos. -----

--- 3 - Caso não sejam respeitados os prazos iniciais ou as suas prorrogações, caducará a concessão com perda das importâncias pagas, revertendo ainda para a Câmara Municipal todos os materiais encontrados na obra. -----

--- Artigo 39.º - Autorizações -----

--- 1 - As inumações, exumações e trasladações a efetuar em jazigos, ossários, gavetões ou sepulturas perpétuas serão feitas mediante exibição do respetivo título ou alvará e de autorização expressa do



concessionário ou de quem legalmente o representar, cujo cartão de cidadão ou bilhete de identidade deve ser exibido. -----

--- 2 - Sendo vários os concessionários, a autorização poderá ser dada por aquele que estiver na posse do título ou alvará, tratando-se de familiares até ao sexto grau, bastando autorização de qualquer deles quando se trate de inumação de cônjuge, ascendente ou descendente de concessionário. -----

--- 3 - Os restos mortais do concessionário serão inumados ou depositados independentemente de qualquer autorização. -----

--- 4 - Sempre que o concessionário não declare, por escrito, que a inumação tem carácter temporário, ter-se-á a mesma como perpétua. -----

--- Artigo 40.º - Trasladação de restos mortais -----

--- 1 - O concessionário de jazigo particular pode promover a trasladação dos restos mortais aí depositados a título temporário, depois da publicação de éditos em que aqueles sejam devidamente identificados e onde se avise do dia e hora a que terá lugar a referida trasladação. -----

--- 2 - A trasladação a que alude este artigo só poderá efetuar-se para outro jazigo ou para ossário municipal. -----

--- 3 - Os restos mortais depositados a título perpétuo não podem ser trasladados por simples vontade do concessionário. -----

--- Artigo 41.º - Obrigações do concessionário -----

--- O concessionário de jazigo, gavetão, ossário ou sepultura perpétua que, a pedido de interessado legítimo, não faculte a respetiva abertura para efeitos de trasladação de restos mortais no mesmo inumados, será notificado a fazê-lo em dia e hora certa, sob pena de os serviços promoverem a abertura do jazigo. Neste último caso será lavrado auto do que ocorreu, assinado pelo serventuário que presida ao ato e por duas testemunhas. -----

--- CAPÍTULO IX - Transmissões de jazigos, sepulturas perpétuas, ossários e gavetões -----

--- Artigo 42.º - Transmissão -----

--- As transmissões da posse de jazigos, gavetões, ossários ou sepulturas perpétuas averbar-se-ão a requerimento dos interessados, instruído nos termos gerais de direito com os documentos comprovativos da transmissão e do pagamento dos impostos que forem devidos ao Estado. -----

--- Artigo 43.º - Transmissão por morte -----

--- 1 - As transmissões por morte dos titulares das concessões de jazigos, gavetões, ossários ou sepulturas perpétuas a favor da família do instituidor ou concessionário, são livremente admitidas, nos termos gerais de direito. -----

--- 2 - As transmissões, no todo ou em parte, a favor de pessoas estranhas à família do instituidor ou concessionário, só serão permitidas desde que o adquirente declare no pedido de averbamento que se responsabiliza pela perpetuidade da conservação, no próprio jazigo, gavetão, ossário ou sepultura perpétua, dos corpos ou ossadas aí existentes, devendo esse compromisso constar daquele averbamento. -----

--- Artigo 44.º - Transmissão por ato entre vivos -----

--- 1 - As transmissões por atos entre vivos das concessões de jazigos, gavetões, ossários ou sepulturas perpétuas serão livremente admitidas quando neles não existam corpos ou ossadas. -----

--- 2 - Existindo corpos ou ossadas, a transmissão só poderá ser admitida nos seguintes termos: -----

--- a) Tendo-se procedido à trasladação dos corpos ou ossadas para jazigos, ossários ou sepulturas de carácter perpétuo, a transmissão pode também fazer-se livremente; -----

--- b) Não se tendo efetuado aquela trasladação e não sendo a transmissão a favor de cônjuge, descendente ou ascendente do transmitente, a mesma só será permitida desde que qualquer dos instituidores ou concessionários não deseje optar, e o adquirente assumo o compromisso referido no n.º 2 do artigo anterior. - -----

--- 3 - As transmissões previstas nos números anteriores só serão admitidas, quando sejam passados mais de cinco anos sobre a sua aquisição pelo transmitente, se este o tiver adquirido por ato entre vivos. -----

--- Artigo 45.º - Autorização -----

--- 1 - Verificado o condicionalismo estabelecido no artigo anterior, as transmissões entre vivos dependerão de prévia autorização do presidente da Câmara Municipal. -----

--- 2 - Pela transmissão de concessões de jazigos, gavetões, ossários ou sepulturas perpétuas, o transmitente terá que pagar à Câmara Municipal 50% do valor das respetivas taxas em vigor ao momento do pedido e relativas à área de cada uma delas. -----

--- Artigo 46.º - Averbamento -----

--- O averbamento das transmissões da posse de jazigos, gavetões, ossários ou sepulturas perpétuas, a que se referem os artigos anteriores, será feito mediante exibição da autorização do presidente da Câmara Municipal a requerimento dos interessados, instruído com os seguintes documentos: -----

--- a) Requerimento assinado pelos interessados, no caso de serem vários, o requerimento deverá ser assinado por todos eles; -----

--- b) Declaração nos termos do n.º 2 do artigo 43.º; -----

--- c) Documento comprovativo do pagamento dos impostos devidos ao Estado; -----

--- d) Conforme a situação, a certidão ou fotocópia de testamento, escritura de habilitação se herdeiros, sentença judicial de partilhas ou escritura de partilhas. Não se verificando nenhuma destas situações será documento bastante certidão passada pela junta de freguesia.

--- Artigo 47.º - Abandono de jazigos, gavetões, ossários ou sepultura -----

--- Os jazigos, gavetões, ossários ou sepulturas que vierem à posse da Câmara Municipal em virtude de caducidade da concessão e que, pelo seu valor arquitetónico ou estado de conservação, se considerem de manter e preservar, poderão ser mantidos na posse da Câmara ou alienados em hasta pública, nos termos e condições especiais a fixar. -----

--- CAPÍTULO X - Jazigos, gavetões, ossários ou sepulturas abandonados -----

--- Artigo 48.º - Conceito -----

--- 1 - Consideram-se abandonados, podendo declarar-se prescritos a favor da autarquia, os jazigos, gavetões, ossários e sepulturas perpétuas, cujos concessionários não sejam conhecidos ou residam em parte incerta e não exerçam os seus direitos por período superior a 10 anos, nem se apresentem a reivindicá-los dentro do prazo de 60 dias depois de citados por meio de éditos publicados em dois dos jornais mais lidos no município e afixados nos lugares de estilo. -----

--- 2 - Dos éditos constarão os números dos jazigos, sepulturas, ossários e gavetões, identificação e data das inumações dos cadáveres ou ossadas que nos mesmos se encontrem depositados, bem como o nome do último ou últimos concessionários inscritos que figurarem nestes registos. -----

--- 3 - O prazo referido neste artigo conta-se a partir da data da última inumação ou da realização das mais recentes obras de conservação ou de beneficiação que nas mencionadas construções tenham sido feitas, sem prejuízo de quaisquer outros atos dos proprietários ou de situações susceptíveis de interromperem a prescrição nos termos da lei civil. -----

--- 4 - Simultaneamente com a citação dos interessados colocar-se-á na construção funerária placa indicativa do abandono. -----

--- Artigo 49.º - Declaração de prescrição -----

--- 1 - Decorrido o prazo de 60 dias previsto no artigo anterior, sem que o concessionário ou seu representante tenha feito cessar a situação de abandono, poderá a Câmara Municipal deliberar a prescrição do jazigo, sepultura ou ossário, declarando-se caduca a concessão, à qual será dada a publicidade referida no mesmo artigo. -----

--- 2 - A declaração de caducidade importa a apropriação pela Câmara Municipal do jazigo, gavetão, ossário ou sepultura. -----

--- Artigo 50.º - Realização de obras -----

--- 1 - Quando um jazigo, gavetão, ossário ou sepultura se encontrar em estado de ruína, o que será confirmado por uma comissão constituída por três membros designada pelo presidente da Câmara Municipal, desse facto será dado conhecimento aos interessados, por meio de carta registada com aviso de receção, fixando-se-lhes prazos para procederem às obras necessárias. -----

--- 2 - Na falta de comparência do ou dos concessionários, serão publicados anúncios em dois dos jornais mais lidos da região, dando conta do estado dos jazigos, sepulturas ou ossários, e identificando, pelos nomes e datas de inumação, os corpos nele depositados, bem como o nome do ou dos últimos concessionários que figurem nos registos -----

--- 3 - Se houver perigo eminente de derrocada, ou as obras não se realizarem dentro do prazo fixado, pode o presidente da Câmara Municipal ordenar a demolição do jazigo, o que se comunicará aos interessados pelas formas previstas neste artigo, ficando a cargo destes a responsabilidade pelo pagamento das respetivas despesas. -----

--- 4 - Decorrido um ano sobre a demolição de um jazigo sem que os concessionários tenham utilizado o terreno, fazendo nova edificação, é tal situação fundamentação suficiente para ser declarada a prescrição da concessão. -----

--- Artigo 51.º - Restos mortais não reclamados -----

--- Os restos mortais existentes em jazigos, gavetões, ossários e sepulturas a demolir ou declarados perdidos, quando deles sejam retirados, inumar-se-ão ou depositar-se-ão, com carácter de perpetuidade em local reservado pela Câmara para o efeito. -----

--- CAPÍTULO XI - Construções funerárias -----

--- SECÇÃO I - Das obras -----

--- Artigo 52.º - Licenciamento ---

--- 1 - O pedido de licença para construção, reconstrução ou modificação de jazigos particulares deverá ser formulado pelo concessionário em requerimento dirigido ao presidente da Câmara, instruído com o projeto da obra, em duplicado, elaborado por técnico inscrito na Câmara Municipal. ---

--- 2 - Será dispensada a intervenção de técnico para pequenas alterações que não afetem a estrutura da obra inicial, desde que possam ser definidas em simples descrição integrada no próprio requerimento. ---

--- 3 - Estão isentas de licença as obras de simples limpeza e beneficiação, desde que não impliquem alteração do aspeto inicial dos jazigos e sepulturas. ---

--- Artigo 53.º - Projeto ---

--- 1 - Do projeto referido no artigo anterior constarão os elementos seguintes: ---

---a) Desenhos devidamente cotados à escala mínima de 1

---b) Memória descritiva da obra, em que especifiquem as características das fundações, natureza dos materiais a empregar, aparelhos, cor e quaisquer outros elementos esclarecedores da obra a executar; ---

--- c) Declaração de responsabilidade; ---

--- d) Estimativa orçamental. ---

---2 --- Na elaboração e apreciação dos projetos deverá atender-se à sobriedade própria das construções funerárias exigida pelo fim a que se destinam. ---

---3 --- As paredes exteriores dos jazigos só poderão ser construídas com materiais nobres, não se permitindo o revestimento com argamassa de cal ou azulejos, devendo as respetivas obras ser convenientemente executadas. ---

---4 --- Salvo em casos excecionais, na construção de jazigos só é permitido o emprego de pedra de uma só cor. ---

--- Artigo 54.º - Requisitos dos jazigos e gavetões ---

1 --- Os jazigos particulares e gavetões municipais serão compartimentados em células com as seguintes dimensões mínimas: ---

---Comprimento - 2 m; ---

---Largura - 0,75m; ---

---Altura - 0,55 m. ---

---2 - Nos gavetões não haverá mais do que cinco células sobrepostas acima do nível do terreno, ou em pavimento, quando se trate de edificação de vários andares, podendo também dispor-se em subterrâneos. ---

---3 - Na parte subterrânea dos gavetões exigem-se condições especiais de construção tendentes a impedir as infiltrações de água e a proporcionar arejamento adequado, fácil acesso e boa iluminação. ---

--- 4 - Os intervalos laterais entre gavetões a construir terão um mínimo de 0,30 m. ---

--- Artigo 55.º - Ossários municipais ---

--- 1 - Os ossários municipais dividir-se-ão em células com as seguintes dimensões mínimas interiores: ---

--- Comprimento - 0,80 m; ---

--- Largura - 0,50m; ---

--- Altura --- 0,40 m. ---

---2 - Nos ossários não haverá mais de sete células sobrepostas acima do nível do terreno, ou em cada pavimento, quando se trate de edificação de vários andares. ---

--- 3 - Admite-se ainda a construção de ossários subterrâneos em condições idênticas e com observância do determinado no n.º 3 do artigo anterior. ---

--- Artigo 56.º - Jazigos de capela ---

--- 1 - Os jazigos de capela não poderão ter dimensões inferiores a 2 m de frente e 2,70 m de fundo. ---

--- 2 - Tratando-se de um jazigo destinado apenas à inumação de ossadas, poderá ter o mínimo de ---1 m de frente e 2 m de fundo. ---

--- Artigo 57.º - Requisitos das sepulturas ---

--- O revestimento das sepulturas deverá ser em cantaria, com a espessura máxima de 0,10 m, e será autorizado através de requerimento dirigido ao presidente a Câmara Municipal, sendo dispensada a apresentação de projeto. ---

--- Artigo 58.º - Obras de conservação ---

--- 1 - Nos jazigos, gavetões, ossários e sepulturas devem efetuar-se obras de conservação, pelo menos, de oito em oito anos, ou sempre que as circunstâncias o imponham. ---

--- 2 - Para efeitos do disposto na parte final do número anterior, e nos termos do artigo 50.º, os concessionários serão avisados da necessidade das obras, marcando-se-lhes prazo para a execução destas. ---

--- 3 - Em caso de urgência, ou quando não se respeite o prazo referido no número anterior, pode o presidente da Câmara Municipal ordenar diretamente as obras a expensas dos interessados. -----

--- 4 - Sendo vários os concessionários, considera-se cada um deles solidariamente responsáveis pela totalidade das despesas. -----

--- 5 - Em face de circunstâncias especiais, devidamente comprovadas, poderá o presidente da Câmara Municipal prorrogar o prazo a que alude o n.º 1 deste artigo. -----

--- Artigo 59.º - Desconhecimento da morada -----

--- Sempre que o concessionário do jazigo, gavetão, ossário ou sepultura não tiver indicado na Câmara Municipal a morada atual, será irrelevante a invocação da falta ou desconhecimento do aviso a que se refere o n.º 2 do artigo anterior. -----

--- Artigo 60.º - Casos omissos -----

--- Em tudo o que neste capítulo não se encontre especialmente regulado, aplicar-se-á, com as devidas adaptações, o disposto no Regulamento Geral das Edificações Urbanas e demais legislação reguladora da matéria. -----

--- SECÇÃO II -----

--- Dos sinais funerários e do embelezamento dos jazigos e sepulturas -----

--- Artigo 61.º - Sinais funerários -----

--- 1 - Nas sepulturas e jazigos permite-se a colocação de cruzes e caixas para coroas, assim como inscrição de epitáfios e outros sinais funerários costumados. -----

--- 2 - Não serão permitidos epitáfios em que se exaltem ideias políticas ou religiosas que possam ferir a suscetibilidade pública, ou que, pela sua redação, possam considerar-se desrespeitosos ou inadequados. -----

--- Artigo 62.º - Embelezamento -----

--- É permitido embelezar as construções funerárias com revestimentos adequados, ajardinamento, bordaduras, vasos para plantas ou por qualquer outra forma que não afete a dignidade própria do local. -----

--- Artigo 63.º - Autorização prévia -----

--- A realização por particulares de quaisquer trabalhos nos cemitérios fica sujeita a prévia autorização dos serviços municipais competentes e à orientação e fiscalização destes. -----

--- CAPÍTULO XII - Da mudança de localização dos cemitérios -----

--- Artigo 64.º - Regime legal -----

--- A mudança de um cemitério para terreno diferente daquele onde está instalado, que implique a transferência, total ou parcial, dos cadáveres, ossadas, fetos mortos e peças anatómicas que aí estejam inumados, é da competência da Câmara Municipal. -----

--- Artigo 65.º - Transferência do cemitério -----

--- No caso de transferência do cemitério para outro local, os direitos e deveres dos concessionários são automaticamente transferidos para o novo local, suportando a Câmara Municipal da Azambuja os encargos com o transporte dos restos inumados em jazigos, sepulturas e ossários concessionados. -----

--- CAPÍTULO XIII - Disposições gerais -----

--- Artigo 66.º - Entrada de viaturas particulares -----

--- É proibida a entrada de viaturas particulares nos cemitérios, salvo nos seguintes casos e após autorização dos serviços: -----

--- a) Viaturas que transportem máquinas ou materiais destinados à execução de obras no cemitério; -----

--- b) Viaturas ligeiras de natureza particular, transportando pessoas que, dada a sua incapacidade física, tenham dificuldade em se deslocar a pé. -----

--- Artigo 67.º -----

--- Proibições no recinto dos cemitérios -----

--- No recinto dos cemitérios é proibido: -----

--- a) Proferir palavras ou praticar atos ofensivos da memória dos mortos ou do respeito devido ao local; -----

--- b) Entrar acompanhado de quaisquer animais; -----

--- c) Transitar fora dos arruamentos ou das vias de acesso que separem as sepulturas; -----

--- d) Colher flores ou danificar plantas ou árvores; -----

--- e) Plantar árvores de fruto ou quaisquer plantas que possam utilizar-se na alimentação; -----

--- f) Danificar jazigos, sepulturas, ossários, gavetões, sinais funerários ou quaisquer outros objetos; -----

--- g) Realizar manifestações de carácter político; -----

--- h) Utilizar aparelhos áudio, exceto com auriculares; -----

--- i) A permanência de crianças, quando não acompanhadas. -----

--- Artigo 68.º - Retirada de objetos -----

--- Os objetos utilizados para fins de ornamentação ou de culto em jazigos ou sepulturas não poderão daí ser retirados sem apresentação do alvará ou autorização escrita do concessionário nem sair dos cemitérios sem autorização dos funcionários a eles adstritos. -----

--- Artigo 69.º - Realização de cerimónias-----

--- 1 - Dentro do espaço do cemitério carecem de autorização do presidente da Câmara Municipal-----

--- a) Missas campais e outras cerimónias similares; -----

--- b) Salvas de tiros nas exéquias fúnebres militares; -----

--- c) Atuações musicais; -----

--- d) Intervenções teatrais, coreográficas e cinematográficas; -----

--- e) Reportagens relacionadas com a atividade cemiterial. -----

--- 2 - O pedido de autorização a que se refere o número anterior deve ser feito com vinte e quatro horas de antecedência, salvo motivos ponderosos. -----

--- Artigo 70.º - Incineração de objetos -----

--- Não pode sair dos cemitérios, aí devendo ser queimados, os caixões ou urnas que tenham contido corpos ou ossadas. -----

--- Artigo 71. - Abertura de caixão de metal-----

--- 1 - É proibida a abertura de caixão de zinco, salvo em cumprimento de mandado da autoridade judicial, para efeitos de colocação em sepultura de cadáver não inumado. -----

--- 2 - A abertura de caixão de chumbo, utilizado em inumação efetuada antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro, é proibida, salvo nas situações decorrentes do cumprimento de mandado da autoridade judicial. -----

--- CAPÍTULO XIV - Fiscalização e sanções-----

--- Artigo 72.º - Fiscalização-----

--- A fiscalização do cumprimento do presente Regulamento cabe à Câmara Municipal, às autoridades de saúde e às autoridades de polícia. -----

--- Artigo 73.º - Competência-----

--- A competência para determinar a instrução do processo de contraordenação e para aplicar a respectiva coima pertence ao presidente da Câmara Municipal. -----

--- Artigo 74.º - Contraordenações e coimas -----

--- 1 - Constitui contraordenação punível com coima de 500 euros a 7000 euros ou de 1000 euros a 15000 euros, consoante o agente seja pessoa singular ou pessoa coletiva, a violação das seguintes normas do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro: -----

--- a) A remoção de cadáver por entidade diferente das previstas no n.º 2 do artigo 5.º; -----

--- b) O transporte de cadáver ou ossadas, fora de cemitério, por estrada ou por via férrea, marítima ou aérea, em infração ao disposto no artigo 6.º, n.ºs 1, 2 e 3; -----

--- c) O transporte de cadáver ou ossadas, fora de cemitério, por estrada ou por via férrea, Marítima ou aérea, não acompanhado dos documentos referidos no n.º 7 do artigo 8.º; -----

--- d) A inumação, encerramento em caixão de zinco ou colocação em câmara frigorífica de cadáver antes de decorridas vinte e quatro horas sobre o óbito; -----

--- e) A inumação de cadáver fora dos prazos previstos no n.º 2 do artigo 8.º; -----

--- f) A inumação, encerramento em caixão de zinco ou colocação em câmara frigorífica de cadáver sem que tenha sido previamente lavrado assento ou auto de declaração de óbito ou emitido boletim de óbito, nos termos do n.º 2 do artigo 9.º; -----

--- g) A abertura de caixão de zinco ou de chumbo fora das situações previstas no n.º 1 do artigo 10.º; -----

--- h) A inumação fora de cemitério público ou de algum dos locais previstos no n.º 2 do artigo 11.º; -----

--- i) A utilização, no fabrico de caixão ou caixa de zinco, de folha com espessura inferior a 0,4 mm; -----

--- j) A inumação em sepultura comum não identificada fora das situações previstas no artigo 14.º; -----

--- k) A abertura de sepultura antes de decorridos cinco anos, salvo em cumprimento de mandado da autoridade judiciária; -----

--- l) A infração ao disposto no n.º 2 do artigo 21.º; -----

--- m) A trasladação de cadáver sem ser em caixão de chumbo, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 22.º, ou de zinco, com a espessura mínima de 0,4 mm. -----

--- 2 - Constitui contraordenação punível com coima mínima de 200 euros a 2500 euros ou de 400 euros a 5000 euros, consoante o agente seja pessoa singular ou pessoa coletiva, a violação das seguintes normas do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro: -----

--- a) A infração ao disposto no n.º 3 do artigo 8.º; -----

--- b) A trasladação de ossadas sem ser em caixa de zinco com a espessura mínima de 0,4 mm ou de madeira. --

--- 3 - As infrações ao presente Regulamento, para as quais não tenham sido previstas penalidades nos números anteriores, serão punidas com coima de 10 euros a 100 euros. -----

--- 4 - A negligência e a tentativa são puníveis. -----

--- Artigo 75.º - Sanções acessórias -----

--- 1 - Em função da gravidade da infração e da culpa do agente, são aplicáveis, simultaneamente com a coima, as seguintes sanções acessórias: -----

--- a) Perda de objetos pertencentes ao agente; -----

--- b) Interdição do exercício de profissões ou atividades cujo exercício dependa de título público ou de autorização ou homologação de autoridade pública; -----

--- c) Encerramento de estabelecimento cujo funcionamento esteja sujeito a autorização ou licença de autoridade administrativa; -----

--- d) Suspensão de autorizações, licenças e alvarás. -----

--- 2 - É dada publicidade à decisão que aplicar uma coima a uma agência funerária. -----

--- CAPÍTULO XV - Disposições finais -----

--- Artigo 76.º - Omissões -----

--- As situações não contempladas no presente Regulamento serão resolvidas, caso a caso, pela Câmara Municipal da Azambuja. -----

--- Artigo 77.º - Montante das taxas e licenças -----

--- As taxas e licenças devidas por concessões ou por prestação de serviços relativos aos cemitérios municipais constam da tabela anexa ao Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Preços do Município de Azambuja. -----

--- Artigo 78.º - Cláusula revogatória -----

--- Consideram-se revogadas todas as disposições dos regulamentos municipais atualmente em vigor que regulem matéria constante deste Regulamento. -----

--- Artigo 79.º - Entrada em vigor -----

--- Este Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação". -----

--- Uma vez posta a votação a Proposta Nº9/VP/2015 foi aprovada por unanimidade -----

--- **7. Proposta Nº7/VAA /2015 – Associação Vila Museu do Vinho – Protocolo de colaboração**-----

--- O Senhor Vereador Amaral apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

--- "Considerando que:-----

---a) O Município reconhece a importância da preservação, conservação, divulgação e promoção do património cultural e da identidade do concelho, nomeadamente da cultura vitivinícola na Freguesia de Aveiras de Cima;-----

---b) Nessa medida, a Câmara Municipal lançou o projeto "Aveiras de Cima - Vila Museu do Vinho", um projeto inédito que assenta na própria Vila de Aveiras de Cima, nas suas adegas e nos produtores de vinho locais, constituindo assim um museu vivo, tendo como principais objetivos travar o abandono da vinha e promover o vinho do pequeno e médio produtor, potenciando a cultura vitivinícola enquanto produto turístico, numa perspetiva de diversificação da atividade agrícola, através da realização de diversas ações de desenvolvimento, de visitas e da criação de programas de animação suscetíveis de atrair visitantes;-----

---c) O projeto Vila Museu do Vinho conta, neste momento, com o envolvimento e empenho de 17 produtores e respetivas adegas aderentes, que vão desde o mais tradicional até à tecnologia mais avançada, passando pela taberna, sendo todos essenciais à concretização das referidas atividades;

---d) Em 18 de Junho de 2010 foi constituída a Associação Vila Museu do Vinho, uma associação de direito privado sem fins lucrativos que congrega os produtores associados à Vila Museu do Vinho, tendo por fins sociais a recuperação e a focalização da identidade cultural e dos espaços da vitivinicultura e divulgação do enoturismo, a atividade de museologia e a realização eventos ligados à temática;-----

---e) A própria natureza do projeto e os objetivos para os quais foi criado recomenda que sejam os seus participantes e destinatários a assumir um maior envolvimento na sua dinamização, colaborando com a Câmara Municipal na prossecução das finalidades que lhe estão subjacentes, designadamente na promoção de atividades, no acompanhamento de visitantes e na gestão dos equipamentos a ele afetos, com vista a uma maior racionalização de recursos, assim como na colaboração do evento Avinho Festa do Vinho e das Adegas;-----

--- Proponho:-----

--- Que a Câmara Municipal de Azambuja, no uso das competências previstas nas alíneas o) e u) do n.º 1 do art. 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere estabelecer com a Associação Vila Museu do

Vinho o Protocolo de Colaboração em anexo, com vista à dinamização do Projeto Aveiras de Cima – Vila Museu do Vinho e do evento Ávinho Festa do Vinho e das Adegas;

--- MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO-----

--- Entre,-----

--- O **Município de Azambuja**, adiante designado por Município, com sede na Praça do Município, nº 19, 2050-315 Azambuja, pessoa coletiva n.º 506 821 480, aqui representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Luís Manuel Abreu de Sousa, com poderes para o ato.-----

--- E a-----

--- **Associação Vila Museu do Vinho**, adiante designada por Associação, com sede na Rua Ginestal Santos Quitério, n.º 28, em Aveiras de Cima, pessoa coletiva n.º 509 480 560, representada pelo seu Presidente, Manuel Correia, com poderes para o ato.-----

--- É celebrado o presente Protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas:-----

--- PRIMEIRA – Objeto-----

--- O presente protocolo estabelece o regime de colaboração entre o Município e a Associação com vista à gestão, dinamização e a promoção do projeto “Aveiras de Cima – Vila Museu do Vinho”.

--- SEGUNDA - Competências do Município-----

--- No âmbito do presente protocolo compete ao Município:-----

---a) Ceder, a título gratuito, a utilização do espaço sito na Casa da Câmara, em Aveiras de Cima, onde funciona o Centro de Interpretação da Vila Museu do Vinho, com exceção das segundas-feiras, no horário de expediente normal, para funcionamento do atendimento municipal ao público, sem prejuízo de outros dias da semana que as partes possam acordar;-----

---b) Organizar visitas de grupos, através do Posto de Turismo, bem como atividades relacionadas com o aproveitamento turístico da Vila Museu do Vinho;-----

---c) Assegurar a promoção e divulgação da Vila Museu do Vinho nos meios de comunicação social e no site oficial do Município;-----

---d) Desenvolver um sistema de colaboração com a Associação na organização e promoção de evento Ávinho – Festa do Vinho e das Adegas;-----

--- TERCEIRA - Competências da Associação Vila Museu do Vinho-----

--- No âmbito do presente protocolo compete à Associação:-----

---a) Acompanhar a atividade dos produtores aderentes e coordenar a sua participação no projeto, promovendo a colaboração entre todos e prestando apoio na criação e manutenção de condições de funcionalidade e apresentação das adegas, em consonância com as finalidades da Vila Museu do Vinho;-----

---b) Gerir a marcação de visitas e assegurar a disponibilidade das adegas, coordenando a participação dos respetivos proprietários na realização das visitas e comunicando ao Posto de Turismo sempre que, por motivos de força maior, estas não se possam realizar;-----

---c) Realizar provas de vinho durante as visitas;-----

---d) Promover a conciliação entre o vinho e a gastronomia da região;-----

---e) Promover e realizar as ações de formação, seminários e workshops a desenvolver, quer interna, quer externamente, bem como nas atividades e programas a realizar, divulgando-as junto dos vitivinicultores;-----

---f) Assegurar as atividades da Vila Museu do Vinho;-----

---g) Colaborar e participar na organização do evento Ávinho – Festa do Vinho e das Adegas, designadamente disponibilizando as canecas para os participantes, assegurar e pagar a realização de um concerto no primeiro dia do evento, promover a adesão dos produtores e a abertura aos visitantes das suas adegas contra o pagamento a cada um de 100,00€, e contribuir com ideias e sugestões para melhoramento do evento;-----

---h) Apresentar à Câmara, até ao final do mês de janeiro de cada ano, um relatório com as atividades desenvolvidas no ano anterior no âmbito do presente protocolo, acompanhado com os comprovativos das despesas efetuadas.-----

--- QUARTA – Financiamento-----

---1. Para realizar as competências que lhe são cometidas no presente protocolo, designadamente para garantir as atividades do projeto Vila Museu do Vinho, constituem fontes de financiamento da Associação:-----

---a) As receitas próprias geradas pelas atividades promovidas pela Associação no âmbito do projeto.

---b) Um subsídio de 5.000,00€ atribuído pelo Município para o desenvolvimento dos fins estatutários da Associação, pago anualmente nos primeiros 15 dias do mês de março mas, condicionado à entrega e validação do relatório referido na alínea h) da cláusula Terceira.-----

---QUINTA - Prazo de Vigência-----

--- 1. O presente protocolo vigora durante um ano a contar da data da sua assinatura, e é renovado automaticamente por sucessivos períodos de um ano se nenhuma das partes o resolver mediante comunicação

prévia feita por carta registada com aviso de receção com a antecedência mínima de três meses em relação ao termo do prazo de vigência, sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte.

--- 2. A qualquer das partes assiste o direito de denúncia do presente protocolo com fundamento em violação pela parte contrária de qualquer das obrigações assumidas no âmbito do mesmo, ou por motivos de interesse público, observando-se a antecedência mínima de um mês. -----

--- SEXTA – Incumprimento -----

--- O incumprimento de qualquer das obrigações resultantes do presente protocolo, sem que a parte faltosa corrija a falta decorridos 60 dias após a notificação para o efeito, confere à parte não faltosa a faculdade de o fazer cessar, unilateralmente e de imediato, mediante comunicação à contraparte por via postal registada. -----

--- SÉTIMA - Dúvidas e Omissões -----

--- As dúvidas e omissões resultantes da interpretação, validade ou aplicação das cláusulas deste protocolo serão resolvidas caso a caso, por acordo dos outorgantes.” -----

--- Uma vez posta a votação a Proposta N.º7/VAA/2015 foi aprovada com seis votos a favor, PS Vereador David Mendes da CDU e Vereador Herculano Martins e duas abstenções da CPFNT que apresentou declaração de voto. -----

---8. Proposta N.º4/VHM /2015 Atribuição de Apoio – Estratos Sociais Desfavorecidos -----

--- O Senhor Vereador Herculano Martins apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----

--- “Considerando que: -----

--- V.M.P de 43 anos de idade de reside numa freguesia do concelho de Azambuja em habitação própria. -----

--- O seu agregado familiar é constituído pelo próprio, que subsiste apenas com a prestação de Rendimento Social de Inserção no valor de 178.15€. A situação foi sinalizada pelo Serviço Social do Hospital de Vila Franca de Xira devido à falta de condições de habitabilidade da casa do Município. O munícipe beneficia do apoio alimentar por parte de uma Instituição Particular de Solidariedade Social da freguesia onde reside. -----

--- A habitação encontra-se com alguns problemas de habitabilidade nomeadamente não possui água canalizada nem luz eléctrica dentro da habitação. -----

--- Devido à grave precariedade económica do munícipe as despesas de mão de obra vão ser suportadas com o apoio de familiares e com a colaboração da Junta de Freguesia a que o Município pertence. -----

--- Será necessário material de construção civil para proceder à ligação da água canalizada e colocar uma lava loiça na cozinha assim como material eléctrico para se poder restabelecer o fornecimento de energia eléctrica. -

--- PROPÕE-SE QUE: -----

--- Esta situação seja apoiada no âmbito do Programa de Estratos Sociais Desfavorecidos com atribuição de material de construção civil no valor de 468.52€. Este valor tem cabimento na RO 03-02.01.21 do CP 08.02.14.”

--- Uma vez posta a votação a Proposta N.º4/VHM/2015 foi aprovada por unanimidade – **INFORMAÇÕES** -----

---6.1. Departamento de Administração e Finanças – Divisão Financeira – Contabilidade – Resumo da Execução Orçamental - Período de 1/1/2015 a 17/3/2015 -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

---9.2. Departamento de Administração e Finanças – Divisão Financeira – Aprovisionamento--- Adjudicações de Bens e Serviços de valor ≥ 25.000 Euros – Período de 6/3/2015 a 18/3/2015

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

---9.3. Departamento de Administração e Finanças – Divisão Financeira – Inf. 6/P/2015/DAF – Modificação ao Orçamento. -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

---9.4. GAP – Carta da Comissão liquidatária da EMIA, EM. -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Azambuja



Luís Manuel Abreu de Sousa